

Partidos Políticos: da visão dos clássicos aos desafios da (pós?) modernidade

José Carlos Mendonça¹

Resumo:

A partir da constatação de que a crise da modernidade no plano político colocou em questão todo o arsenal da política moderna, este artigo examina um aspecto deste arsenal questionado: a chamada crise das organizações partidárias. Inicia por contextualizar historicamente a evolução dos partidos políticos modernos no que diz respeito ao tratamento teórico dado por Karl Marx e Max Weber acerca do que são e que funções cumprem os partidos políticos; em seguida apresenta alguns dos principais pontos da crise que desafiam a continuidade histórica desta forma organizativa. Conclui apontando os condicionamentos atuais e as distintas possibilidades de futuro tanto para o partido marxiano, como também para o partido conforme teorizado por Weber.

Palavras Chave: Teoria Política Clássica; Partidos Políticos; Karl Marx; Max Weber; Modernidade.

Abstract:

Considering the crisis of modernity in the political sphere, the ensemble of the modern politics is being questioned. This article examines an aspect of this questioned ensemble: the crisis of the political parties. This paper initiates, contextualizing historically, the evolution of modern political parties related to the theoretical treatment given by Karl Marx and Max Weber concerning what it is and what function it fulfills to the political parties. It later presents some of the main points of this crisis that defy the historical continuity of these entities. It concludes emphasizing the current conditions and distinct possibilities for the future, either with respect to the Marx theory about political party or with respect to the party that Weber theorized.

Keywords: Theory Classic Politics; Political Parties; Karl Marx; Max Weber; Modernity.

Introdução

A chamada crise da modernidade colocou em questão, no plano político, todo o arsenal da política moderna. Conceitos e categorias como Estado, Parlamento, Democracia, Representação, Revolução, Militância, Sociedade Civil, Sujeito e Partidos Políticos são considerados inadequados para realizar a análise sócio-política dos nossos dias. Há quem afirme – dentro e fora do meio acadêmico - que caminhamos para uma nova forma de fazer e de pensar a política, as relações entre Estado e sociedade, as formas como se estrutura e organiza o social,

¹ Licenciado em História - UniCeub (1990) e também Bacharel em Direito - UFSC Mestrando em Sociologia Política (UFSC). djago@terra.com.br

posto que os princípios democráticos e os mecanismos sob os quais se articula a racionalidade política moderna estão deslegitimados pela incapacidade de se efetivar na realidade as promessas que fez à humanidade.² Some-se a isto a deterioração dos espaços e mecanismos de representação política pela falta de credibilidade e participação das pessoas.

E mais, associado a todo o quadro descrito, assistimos também à progressiva perda de importância do chamado Estado de bem-estar-social (pela perda de objeto do compromisso que lhe deu origem no centro do sistema capitalista) e a um sistemático desmantelamento de todo o aparato estatal que lhe deu sentido.

Considerando este contexto e dentre tantos postulados questionados, este trabalho optou por analisar um aspecto em específico: a situação de crise pela qual passam os partidos políticos modernos desde a conceituação fornecida por dois clássicos da teoria social (Marx e Weber), passando por alguns desenvolvimentos no campo da Teoria Política até apontar elementos que possibilitem visualizar se tal crise é superável ou não.

Marx³, Weber, contexto histórico e partidos políticos

Traçando um paralelo com a evolução histórica da democracia, os partidos políticos modernos aparecem como um resultado não procurado da massificação das sociedades e da expansão territorial dos estados, cujas dinâmicas produzirão um novo fenômeno: o da representação política.

A instituição da representação, como mecanismo por meio do qual a deliberação pública e as decisões de governo são transferidas do titular da soberania democrática (o povo) para seus agentes (os representantes), estabelece a fronteira histórica e teórica entre a democracia antiga ou direta e a moderna ou representativa⁴.

Simultaneamente se produz a separação gradual entre o governo por meio de pessoas - seja em assembleia, conselho ou monarquia - e o governo por meio de partidos.

² Alarcon e Gómez, 2000, p. 01.

³ Para não desviar do objetivo deste trabalho (analisar a crise dos partidos políticos na modernidade à luz da teoria clássica de Marx e Weber) e pelas peculiaridades com que este autor tratou do tema - de forma dispersa por vários escritos - não nos deteremos aqui na análise textual de seus textos, limitando-nos a remeter o leitor interessado para algumas das principais obras nas quais Marx aborda o assunto: Manifesto do Partido Comunista; O dezoito Brumário de Luís Bonaparte; Miséria da Filosofia; Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas; As lutas de classe na França de 1848 a 1850; Crítica do Programa de Gotha; A guerra civil na França.

⁴ Segundo a formulação liberal clássica de Benjamin Constant (1985).

A condição histórica do surgimento dos partidos foi o incremento da participação política e das divisões sociais que se verificaram fundamentalmente a partir do aprofundamento do processo de urbanização durante os séculos XVIII e XIX.

É com tal pano de fundo - embora o grau da importância atribuída ao aumento da participação política e do peso das divisões sociais seja matéria de debate ainda hoje com posições diferentes sobre o tema sustentadas por reconhecidos autores – que nossos clássicos da sociologia irão formular suas concepções de Partido.

Com relação a Marx, não se pode afirmar que ele tenha formulado uma teoria do partido político (diferentemente de Lênin, por exemplo), muito embora a preocupação com a organização política da classe proletária percorra toda a sua trajetória.

Pode-se construir uma tipologia dos partidos em função de três eixos: 1) **base social**, 2) **orientação ideológica** e 3) **estrutura organizativa** (Panebianco: 2005). A maioria dos trabalhos sobre esta temática, se não todos, desenvolvem-se sobre um destes critérios ou sobre uma combinação deles.

Os enfoques que colocam ênfase na **base social** dos partidos provêm, geralmente, ou de estudiosos da sociologia ou de adeptos das diversas vertentes do materialismo dialético. No entanto, vários escritores populistas e nacionalistas não-marxistas também têm privilegiado esta perspectiva de uma apreciação oposta. Assim, enquanto os primeiros compreendem os partidos como agentes portadores da identidade de classe, que os transforma em veículos de divisão social nos marcos de uma sociedade estratificada horizontalmente, os segundos os concebem como o instrumento político de um movimento de integração policlassista, nacional e/ou popular, que dilui as diferenças de classe e processa o conflito de maneira vertical.

A taxonomia mais habitual para classificar os partidos, de acordo com sua base social, é aquela que os divide em operários e burgueses, ainda que seja necessário agregar a categoria de partido populista para os casos que abrangem uma ampla massa multiclassista. Os primeiros são (foram?) característicos dos países do centro do sistema e os últimos predominam nas nações da periferia do sistema. Em certos estados, a heterogeneidade social pode levar à formação de partidos camponeses, ou que representam minorias étnicas, lingüísticas ou religiosas. Tal diversidade, para estes autores, não faz mais do que confirmar que o que define um partido é a sua sociologia.

Neste aspecto é fundamental a análise das clivagens⁵ sociais, as linhas de ruptura constituídas em torno de conflitos importantes que separam os membros de uma comunidade em função de suas posições a respeito. Os grupos então definidos cristalizam suas identidades em torno do problema em questão e os futuros antagonismos e alianças encontram significado à luz das causas que originaram as divisões.

É aqui que podemos situar os escritos não sistematizados de Marx sobre partido. Para ele, a organização política é sempre um momento eminentemente prático – logo plástico e mutável – do agir da classe proletária rumo ao seu objetivo de transformação radical da sociedade capitalista. Neste sentido, a organização expressa este movimento e não o antecede ou antecipa conteúdos e papéis.

Segundo Johnstone (1987), não é possível compreender as idéias de Marx – e, neste tema, também de Engels – fora de mutáveis contextos históricos e semânticos do desenvolvimento do movimento dos trabalhadores em determinadas fases temporais ou em países considerados particularmente. Neste sentido, ele identifica cinco “modelos” que correspondem a etapas de tal desenvolvimento:

a) a pequena organização internacional de quadros comunistas (a Liga dos Comunistas – 1847-1852); b) o “partido” carente de organização (durante o refluxo do movimento operário – década de 1850 e princípios da de 1860); c) a ampla federação internacional de organizações operárias (Primeira Internacional – 1864-1872); d) o partido marxista nacional de massas (Socialdemocracia alemã – décadas de 1870, 1880 e princípios da de 1890); e) o amplo partido nacional dos trabalhadores (Grã Bretanha e Estados Unidos – década de 1880 e começo da de 1890) baseado no modelo cartista.⁶

Durante certo tempo, as posições de Marx sobre o partido foram confundidas com as elaborações leninianas muito em função da afirmação dos leninistas que o segundo extraíra do primeiro a sua teoria de partido e a questão do “partido revolucionário”. Trata-se de uma evidente “meia-verdade”, pois como bem expressou Rossanda (1987), o “partido

⁵ O conceito de clivagem pode ser definido como "divisão social politicamente relevante".

⁶ a) la pequeña organización internacional de cuadros comunistas (la Liga de los Comunistas – 1847-1852); b) el “partido” carente de organización (durante el reflujo del movimiento obrero – década de 1850 y principios de la de 1860); c) la amplia federación internacional de organizaciones obreras (Primera Internacional – 1864-1872); d) el partido marxista nacional de masas (Socialdemocracia alemana – décadas de 1870, 1880 e principios de la de 1890); e) el amplio partido nacional de los trabajadores (Grã Bretaña y los Estados Unidos – década de 1880 y comienzos de la de 1890) basado en el modelo cartista. (JOHNSTONE, 1987, p. 68, Tradução nossa).

revolucionário” contraditoriamente tomava de Marx a perspectiva e o método de análise, mas negava o processo de luta-consciência que o próprio Marx havia delineado⁷.

Max Weber por sua vez se situa entre os autores que, na tipologia de Panebianco, adotam a perspectiva de analisar os partidos por sua **estrutura organizativa**. Esta desloca o foco tanto da base social como da orientação ideológica, para centrar-se naquilo que distingue os partidos modernos de qualquer outro grupo organizado que historicamente tenha cumprido funções similares, ao mesmo tempo em que os aproxima do aparato burocrático dentro do qual funcionam e ao qual sem dúvida concorrem, aspirando em longo prazo controlá-lo: o Estado.

O que importa destacar aqui é o pressuposto segundo o qual os partidos, ao serem concebidos enquanto organizações, são movidos por fins próprios que vão além dos objetivos que lhes deram origem, e ao mesmo tempo também superam e transformam os interesses dos indivíduos que os integram - sejam estes interesses de classe ou de qualquer outro tipo.

Neste aspecto, a metamorfose descrita por Michels (1982) não seria uma perversão nem uma patologia, mas o *modus operandi* natural dos partidos: ao longo de sua existência, a sucessão ou articulação de fins tem lugar convertendo a associação em um ente cada vez mais simbiótico com seu ambiente, com menor capacidade (ou vontade) para reformá-lo em suas origens.

O grau em que um partido estabelece estratégias de adaptação ou de predomínio sobre a realidade exterior depende da força de sua institucionalização; em outras palavras, do modo como a cristalização histórica de suas características de fundação impactou sobre sua autonomia e seu nível de sistematização interna.

Além disso, Weber adota também uma classificação mais ampla dos partidos, retomada com pequenas variações pela maioria dos autores, que os distingue primeiramente entre **partidos de representação individual** e **partidos de representação de massas** (Weber: 2004; Duverger: 1980; Oppo: 2003; Panebianco: 2005). Ainda que o nome das categorias possa sugerir que é a base social que organiza a taxonomia, na realidade o critério chave é o histórico-organizativo. E isto é assim porque os dois tipos de partido são característicos de épocas consecutivas, separadas entre si pelo processo político que conduziu à adoção do sufrágio universal. Em conseqüência - e deve-se advertir que ambos os tipos de partido podem coexistir simultaneamente - o que se deu habitualmente foi a transformação progressiva de um tipo em outro, na medida em que a necessidade de legitimidade e apoio (militância, financiamento e,

⁷Rossanda, 1987. p. 6.

sobretudo, votos) decretou a inviabilidade ou futilidade de uma existência sem maior respaldo eleitoral. O período chave desta metamorfose transcorreu entre a última década do século XIX e as duas primeiras do XX, tanto na região européia como nas novas nações da América - justamente o período presenciado por Weber.

Aqueles que tomaram a iniciativa com relação a este aspecto foram os partidos socialistas e operários em geral, já que deveriam assumir o desafio de canalizar a participação política das massas incorporadas à arena eleitoral a partir da ampliação do sufrágio. Este fenômeno de massificação da política se manifestou fundamentalmente no âmbito destes auxiliares institucionais do Estado que são os partidos, dado que deveriam adequar-se às necessidades de socialização, mobilização, recrutamento e, sobretudo, busca de sentido que a realidade colocava diante dos novos cidadãos.

As associações de notáveis se caracterizaram por sua dependência total em relação aos *caballeros, gentlemen*, ou às famílias que as haviam patrocinado, e qualquer disputa pessoal entre seus membros podia implicar na ruptura do partido e o enfrentamento resultante entre as novas partes em conflito, constituídas pelos chefes e por seus seguidores incondicionais. Com a mesma facilidade se produziam também as aproximações e as alianças, baseados em interesses conjunturais que convergiam em necessidades comuns. A maneira como estas formações organizavam suas ações era diferente da dos atuais partidos de massas: o representante parlamentar tinha absoluta liberdade para decidir sua posição no recinto legislativo, de acordo com o leal "saber e entender" que as doutrinas da época estabeleciam aos homens probos. Os notáveis trocavam opiniões nos clubes, antecedentes distantes do comitê, onde transcorriam as tertúlias das quais estavam naturalmente excluídos quem não pertencesse aos setores de elite da população. Os eleitores eram representados apenas a título formal, vez que os representantes eram eleitos por distritos territoriais e expressavam seus interesses de grupo em nome e como sendo o "bem comum da nação".

O modo privilegiado de crescimento destas primeiras formações partidárias era a cooptação. O mecanismo consistia na atração individual das pessoas que foram consideradas, pelas camarilhas dos grupos estabelecidos, como importantes (ou perigosas) para a defesa dos objetivos traçados. Sua instrumentação exigia muitas vezes a distribuição de prebendas e benefícios estatais ou a promessa de uma carreira de sucesso, posto que a ideologia não era concebida como motivo para participar na honorável atividade política. Os exemplos mais

notórios, e mais antigos, deste tipo de partidos foram os agrupamentos tradicionais ingleses, os “tories” (conservadores) e os “whigs” (liberais).

Quando os apoiadores das teorias socialistas, majoritariamente se declarando marxistas, se viram diante da abertura eleitoral que as lutas operárias finalmente haviam conseguido, fundaram partidos que tiveram que recorrer a métodos totalmente novos de ação política. A imprensa se constituiu em ferramenta fundamental tanto para a agitação quanto para o doutrinamento. A força das organizações de esquerda no século XIX dependia essencialmente da importância de sua imprensa partidária. Cabe registrar que na época em tela todos os periódicos eram espaços de opinião, já que a informação tida como imparcial, como hoje se conhece, não era tecnicamente possível e nem valorativamente apreciada.

A incorporação de militantes, uma figura política nova, começou a ser realizada por meio do procedimento massivo do recrutamento. Este era praticado, sobretudo, nas fábricas e nas áreas de maior concentração urbana. Uma característica central foi que aqueles que ingressavam deste modo na estrutura partidária começavam sua carreira por baixo, ao invés de pela cúpula como ocorria nos partidos de notáveis.

Um dos elementos mais importantes desta fase da organização partidária foi, sem dúvida, a disciplina no parlamento. O mandato livre foi rechaçado como norma de ação, para ser adotada uma posição unificada de todos os representantes do partido frente a cada tema em debate na câmara. O corolário desta prática consistiu na fixação da linha política pelas autoridades colegiadas da organização, à qual todos os eleitos deviam seguir sob pena de revogação do mandato.

As conseqüências desta transformação sobre a teoria da representação e sobre as idéias políticas foram tão impactantes como as da nova estrutura interna dos partidos foram para a teoria da organização e para as práticas políticas. Em função deste último aspecto é que foram chamados **partidos organizativos de massas** ou, simplesmente, **partidos de aparato**, em alusão à poderosa estrutura burocrática que tiveram que construir para coordenar o gigantesco processo de mobilização das massas. O modelo histórico mais importante deste tipo de partidos foi o Social democrata Alemão, fundado em 1869 por Bebel e Liebknecht e fortalecido em 1875 a partir de sua unificação com os lasalleanos, tendo de fato servido de inspiração para as forças socialistas e comunistas da Europa que, em sua totalidade, se organizaram desta maneira.

Por sua vez, os partidos declaradamente burgueses que pretenderam competir com sucesso contra seus novos adversários tiveram que adotar mecanismos de articulação

burocráticos, com funcionários profissionais de tempo integral dedicados às tarefas de contra-gitação e mobilização eleitoral; caso contrário, suas possibilidades de sobrevivência teriam sido escassas.

Pouco a pouco, no entanto, o desenvolvimento econômico e os avanços tecnológicos foram modificando a estrutura clássica das sociedades européias, diluindo as rígidas fronteiras de classe e multiplicando os níveis de estratificação horizontal. Juntamente com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, esta transformação foi produzindo o enfraquecimento das identidades subculturais, homogeneizando internamente as sociedades nacionais no que tange à sua visão de mundo, ao mesmo tempo em que as fragmentava economicamente. Consequentemente, os partidos tiveram que ajustar suas estratégias de acumulação às novas condições, que exigiam uma redução da pureza doutrinária para ampliar a base de apoio – conservando o eleitorado tradicional - e, portanto, considerar as opiniões daqueles que não faziam parte da estrutura, mas podiam definir seu êxito ou seu fracasso.

A lealdade aos partidos deixa de ser uma exigência de grupo ou classe, pois a diversificação assim o determina; ao mesmo tempo, estes partidos também perdem sua indispensabilidade como organização mutualista, pois os serviços oferecidos previamente somente por eles⁸ passaram a ser agora garantidos pela estrutura, à época, crescente do “estado de bem-estar social”.

Os novos partidos foram definidos como **eleitorais de massas** ou **profissional-eleitorais**, em função de seu apelo à sociedade em geral por cima das divisões de classe. Já não são os notáveis nem os militantes, mas os eleitores os donos formais do partido, que somente têm sua adesão solicitada na hora de votar, tratando de reduzir os demais custos da participação. As peculiaridades deste tipo são observadas mais claramente nos Estados Unidos da América. O peso da autoridade partidária é menor que o dos parlamentares, o que debilita a disciplina partidária, e é realmente o chefe do executivo (ou os líderes da oposição parlamentar) quem define a linha política. A mobilização se realiza especialmente durante o período de campanha, e o financiamento passa a ser feito pelas contribuições das empresas, de grupos, e eventualmente do governo substituindo as cotizações de filiados e simpatizantes.

Com relação às funções do partido, para a concepção liberal-democrática (para a qual Weber prestará aportes valiosos), a atividade que os partidos realizam pode ser resumida nos conceitos de representação (da sociedade no Estado) e governo (sobre a sociedade pelo Estado).

⁸ Estes partidos prestavam serviços desde creches infantis até sepultamentos e crematórios.

Predominando o primeiro, estar-se-á na presença de uma nação mais pluralista e com maior autonomia de seus grupos de interesse ou de identidade. Predominando o segundo, será o caso de responder a uma pauta de menor autonomia societal, maior controle dos governantes sobre os governados e hierarquização mais rígida das relações sociais.

As características que os partidos podem apresentar e que os diferenciam entre si para além de suas funções comuns, foram descritas exhaustivamente por Panebianco (2005) na sua análise dos modelos de partido. Este autor define seis áreas de incerteza, cujo maior ou menor controle pela direção partidária determina o perfil da organização e suas expectativas de sobrevivência e êxito. São elas a) a competência, ou indispensabilidade para cumprir uma função, o que excede o mero saber técnico; b) as relações com o entorno, que inclui a capacidade para estabelecer alianças e conflitos com outras organizações; c) a comunicação, isto é, o controle exercido sobre os canais de informação interna e externa; d) as regras formais, entendida como a faculdade de interpretação para aplicar ou deixar de aplicar os estatutos; e) o financiamento, ou controle do fluxo de dinheiro; e f) o recrutamento, que implica na definição dos requisitos de admissão, carreira e permanência. Todos estes recursos, como já haviam percebido entre outros Michels e Weber, são tendencialmente acumulativos; portanto, a concentração de alguns gera como resultado freqüente o aumento dos demais.

Em que consiste a crise dos partidos políticos na modernidade?

Para a teoria liberal-democrática (que assimilou muito de Weber), as contradições da governabilidade que atingem as sociedades contemporâneas, particularmente sob a forma de democracias, e seus reflexos naqueles que são seus principais agentes de gestão constituem sério problema. A crise fiscal do “estado de bem-estar social” e a sobrecarga de demandas que pesa sobre os governos têm transmitido seus efeitos deslegitimadores sobre os partidos, que vêm reduzindo progressivamente suas bases de identificação social e suas margens de autonomia institucional em relação, fundamentalmente, à imprensa dita independente, às associações de interesses e aos grandes grupos econômicos.

Outra questão que para a literatura política atual abre a maior interrogação sobre a capacidade de gestão das democracias é o problema da emergência, entendida como disfunção (crise) econômica que altera o cenário da ação dos grupos sociais, modificando seus marcos de referência valorativos. Neste contexto, todas as instituições de governo - incluindo os partidos - se adaptam aos imperativos da governabilidade e da obtenção de resultados por cima das

deliberações e dos procedimentos formais, o que resulta num princípio orientador baseado na eficácia enquanto fonte primordial de legitimidade.

Este fenômeno tem sido genericamente qualificado como crise de representatividade, colocando especial ênfase no fato de que os partidos já não responderiam às exigências dos cidadãos e sim aos seus próprios interesses e os de seus dirigentes. No entanto, a utilização do ambíguo termo crise para caracterizar a realidade descrita permite ir além da visão daqueles que se manifestam contra os partidos, para abarcar também as oportunidades de transformação que se abrem perante estas abaladas – e até hoje não substituídas - organizações.

Nesta linha de argumentação, não se pode deixar de reconhecer que uma das mais enriquecedoras contribuições para a análise dos partidos foi realizada por Lipset e Rokkan (1992), que rastrearam a origem dos partidos ocidentais numa série de crises históricas. Estas grandes fraturas sociais foram, na Europa, quatro: a primeira colocou, após o desmembramento dos grandes reinos medievais, as zonas do centro imperial contra as da periferia, dando nascimento aos partidos centralistas ou nacionais e aos separatistas ou regionais; a segunda deu lugar, frente às tentativas de unificação dos estados nacionais, a uma violenta oposição aos poderes terrenos da Igreja que, temerosa de ver diminuídas suas atribuições sobre os territórios reorganizados, encabeçou a luta contra os monarcas seculares e protestantes, fundando os partidos confessionais em oposição aos laicos; a terceira expressou uma secular rivalidade entre o campo e a cidade, eixo sobre qual se organizaram os partidos urbanos e agrários, divididos em torno da questão da industrialização; por último, a mais profunda das linhas de ruptura produzidas na idade moderna foi a que opôs o capital ao trabalho, conformando a estratificação em classes sociais que caracteriza as sociedades ocidentais do século XX - principalmente porque, diferentemente das demais, esta cisão se manifestou em todas as comunidades nacionais dando lugar aos partidos operários, por um lado, e aos partidos burgueses, por outro.

Como se vê, a própria utilização do conceito de crise remonta à origem histórica dos partidos e se funde com suas identidades, o que diminui seu valor para descrever a situação atual. O modo como serão resolvidos os dilemas colocados, determinará o tipo de organização que predominará no futuro, seja no sentido de reforçar a autonomia dos partidos em relação ao ambiente e fortalecer suas estratégias de predomínio ou, mais provavelmente, no sentido de obrigá-los a adaptar-se mais simbioticamente ao entorno - com o custo reduzir suas margens de ação.

Os desafios que colocaram em risco a capacidade de gestão dos partidos até agora, variaram em relação à sua natureza, bem como em relação às suas conseqüências. De fato, alguns fenômenos contribuíram para definir novos papéis partidários, constituindo-se em elementos complementares ao invés de concorrentes. Tais são os casos do neocorporativismo e dos meios de comunicação social: num caso, as práticas centroeuropeias de processar os conflitos trabalhistas por meio da negociação direta entre empresários e trabalhadores geraram um mecanismo de acordos paralelo aos sistemas de partido, conciliando a representação de interesses com a político-territorial por meio da delegação da primeira, por parte do Estado, de certas faculdades de ordem pública, mas mantendo seu poder de regulação última.

No caso da massificação dos meios de comunicação, o que se produziu foi a prescindibilidade dos partidos como comunidades de sentido, como outorgadores de significação da realidade social. A informação dita imparcial e supostamente neutra da grande imprensa substituiu as “tribunas de opinião” e os órgãos partidários de difusão de doutrina. Por sua vez, articulados com a educação básica obrigatória, os meios de comunicação de massa tem se constituído em formadores de opinião dos indivíduos.

Como conseqüência do aumento da complexidade social, a partir dos anos 1960 se expandiu o fenômeno dos novos movimentos sociais em todo o mundo ocidental, chegando a se manifestar - como mobilizações pró - democracia - inclusive em países não ocidentais que carecem de um regime liberal. Estes agrupamentos de caráter relativamente espontâneo, com motivações do tipo de demanda única, reclamam antes autonomia que representação, impugnando a legitimidade do velho sistema institucional para tomar decisões que afetem certas áreas ou interesses. Os mais conhecidos destes movimentos são os ecologistas ou verdes, os feministas e os pacifistas, que tem enriquecido o processo político seja transformando-se em partidos, seja preservando-se como atores sociais que influem e não participam da competição eleitoral. Ainda que as expectativas que os movimentos sociais possam ter gerado alguma vez, sobre sua capacidade para substituir os partidos, tenham demonstrado ser uma ilusão (Offe: 1988), seu impacto sobre a política nas últimas décadas tem sido muito grande.

A mais arriscada encruzilhada que os partidos enfrentam na atualidade é uma forte investida *antiestablishment*, exercida como rechaço ao monopólio partidário das candidaturas e pela revalorização do papel da cidadania sem intermediação (Panbianco: 2005). Esta atitude se manifesta na proliferação de *outsiders* – personagens sem trajetória política que, de fora dos partidos, se promovem como alternativas às velhas direções, alegando executividade e relação

direta com a população. Fomentados pela mídia, principalmente a televisão, estes novos líderes podem ser encontrados tanto em países com partidos débeis como os Estados Unidos quanto naqueles com fortes histórias partidárias como Itália; com a mesma facilidade em sociedades com sistemas de partido gelatinosos como o Brasil ou esgotados como Peru e Venezuela.

No campo do marxismo, a crise atual dos autodenominados partidos comunistas expressa, na verdade, a crise do bolchevismo que, em todas as suas variantes (maoísta, stalinista, trotskista), desde a década de 1920, é a expressão de uma concepção que se impôs, a ferro e a fogo, como hegemônica.

Tal concepção encontra suas bases para se expandir além das fronteiras da ex-URSS na aprovação e perenização das chamadas “condições para a admissão dos partidos na internacional comunista” aprovada pelo II Congresso da III Internacional realizado em 1920.

As “21 condições” (como ficaram conhecidas) expressavam no terreno da organização a bolchevização da Internacional – significando que o bolchevismo não se manteria no poder na URSS sem uma disciplina rigorosa e uma centralização incondicional – vista como uma necessidade premente.

A maioria do II Congresso foi convencida de que “todos os traços fundamentais” da revolução mundial correspondiam à revolução Russa e que ocorreria em escala internacional a repetição inevitável dos acontecimentos que se sucederam na Rússia a partir das afirmações peremptórias de Lênin no seu trabalho *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, escrito para este congresso, no qual aliava passagens de teoria política com as questões da revolução situadas numa totalidade (como necessitava ser o trabalho da Internacional).

No entanto, ao oferecer um modelo pronto e praticamente acabado de partido para o proletariado mundial - e contrariamente a Marx - Lênin e a III Internacional cometeram pelo menos três graves erros que hoje, depois de tantas derrotas, a análise crítica das experiências revolucionárias possibilita enxergar.

Primeiro, desconsiderou o processo crescente de complexidade e diferenciação que o desenvolvimento do capitalismo produz na sociedade civil burguesa e as repercussões de tal processo na construção partidária. Segundo, desconsiderou o papel e a necessidade de estabelecer em parcela expressiva do proletariado de cada país a **hegemonia política comunista** como condição prévia para o sucesso da revolução. Terceiro, negou aos partidos comunistas de todos os demais países – em sua maioria muito jovens - a experiência da construção partidária como processo, anulando as particularidades pela supressão.

Tau Golin faz a síntese filosófica desse processo:

“No modelo soviético anulavam-se as experiências individuais e coletivas. Negando um desenvolvimento particular (para o universal), o modelo soviético se impunha como dominante vitorioso e internacional. A inversão do universal (soviético) para o particular (países) é por demais evidente na formulação leniniana do período aqui tratado.”⁹.

Da elevação de tais concepções à condição de teoria e de sua aplicação prática, resulta o aparecimento do que denomino “sistema dos PC’s tradicionais” com todas as suas supostas perversões que vale apontar resumidamente.

Unidade para a ação prática é confundida com unidade permanente – cuja expressão é o monolitismo – sempre justificada como uma barreira à penetração de idéias “inimigas” e, ao ser erigido como dogma inquestionável e transformado em mito, chega ao ponto de ser identificado com a verdadeira e única marca da identidade comunista, acima das questões teóricas relativas à estratégia e tática políticas; adoção das linhas mais escandalosamente contrapostas ao longo de sua história.

O desenvolvimento de um autêntico temor de que as divergências internas sempre conduzissem a cisões – que eram percebidas como um mal em si mesmas - associado à omissão em identificar erros, irregularidades ou falhas, cristalizou a impossibilidade de construir coletivamente novas hegemonias no interior de tais partidos que fossem mais condizentes com os interesses proletários.

Congressos partidários unânimes, reduzidos à condição de legitimadores do grupo dirigente do Comitê Central que passa a controlar a totalidade dos assuntos inclusive os locais, as questões táticas regionais ou aspectos de políticas setoriais.

A Estrutura interna evolui e se consolida como uma autêntica estrutura burocrática de tipo empresarial. Para perceber o significado desta evolução basta citar apenas o caso do partido bolchevique que, segundo dados fornecidos pelo historiador E. H. Carr, teve o Secretariado do Comitê Central começando a funcionar em maio de 1919 com 30 empregados; em março de 1920, já tinha 150; em março de 1921 contava 602 empregados, mais um destacamento militar de 140 homens que atuavam como guardiões e mensageiros¹⁰.

⁹ Golin, 1989, p. 18.

¹⁰ Carr, 1979, p. 222.

Pode-se ainda mencionar que a noção de **partido único** é também filha legítima da tradição bolchevique em termos de concepção partidária, embora este aspecto tenha merecido “retificações” ou flexibilizações de muitos partidos que se mantêm nesta tradição organizativa.

Outra mazela é o culto ao chefe de autoridade e perspicácia infalíveis, que se expressou em figuras replicadas de Stalin pelos PC’s mundo afora, todos inclusive ocupando o mesmo cargo na estrutura interna, encarnando o “mito do secretário geral”. Basta lembrar os casos de Luís Carlos Prestes no PC Brasileiro, Álvaro Cunhal no PC Português, Mao Tsétung no PC Chinês e analisar o papel objetivo que desempenharam – indivíduo e partido - nos momentos mais agudos da luta de classes em seus respectivos países para conhecer os resultados de tal mitificação.

Impera a figura do “possibilismo” político que concebe o socialismo e as formas de alcançá-lo por meio de projetos evolucionistas e de implantação pacífica. No fundamental tais projetos não se diferenciam do socialismo da social democracia, residindo a diferença apenas no fato de que não rejeitam formalmente o arcabouço teórico marxista. A prática de ocupar espaços nas instituições capitalistas como um fim (aparelhismo) surge como um desdobramento lógico, vez que os métodos revolucionários estão descartados. Tudo passa a ser, sob esta ótica, uma questão de conquista de posições – entendendo-se aí, cargos, mandatos e funções no aparelho de Estado capitalista ou em estruturas do movimento social para os membros do partido.

O bolchevismo foi a expressão de um amálgama de classes entre operários amordaçados, pequenos burgueses em ascensão e gestores capitalistas recém transformados em “comunistas”.

Transcorrido este longo percurso de mais de 80 anos de experiências práticas, fica fácil compreender as motivações profundas que levam os partidos de tipo bolchevique a efetivarem políticas radicalmente anticomunistas.

Entende-se, por exemplo, por que o PC do Iraque integrou a coalizão das forças de ocupação contra seu próprio país; ou por que o PC do Brasil se funde com tal amplitude com o aparato de governo, apoiando e sustentando todas as suas políticas antiproletárias, ao ponto de fazer do futuro do governo Lula o seu próprio futuro.

Considerações finais

Após as derrotas que ocorreram ao longo do século XX de todas as tentativas de derrubada revolucionária do capitalismo, as concepções de Marx sobre o partido político –

refletindo e em consonância com a profundidade deste processo de derrotas - ficaram relegadas a pequenos grupos e indivíduos espalhados pelo mundo com pouca ou nenhuma influência social, que se debatem com imensas dificuldades para contribuir com a retomada da iniciativa dos trabalhadores na luta de classes.

Mais do que reafirmar a validade dos postulados marxianos sobre o partido e para além da dispersão, da fragmentação e do enfrentamento teórico e prático contra os andrajos do que restou da influência da ortodoxia bolchevique junto aos trabalhadores, trata-se de encontrar caminhos - e esta é a verdadeira tarefa hercúlea - para recolocar na ordem do dia a substituição revolucionária da formação social do Capital, pois, como vimos o partido em Marx somente faz sentido se situado no contexto da revolução proletária. Se esta se encontra num horizonte longínquo, a teoria do partido político na perspectiva de Marx torna-se algo secundário e até dispensável.

Nesta ordem de idéias, pode-se afirmar que, enquanto perdurar esta situação de refluxo/ausência das lutas proletárias autônomas de grande envergadura e generalizadas em nível internacional contra os fundamentos do Estado e da sociedade capitalistas, a organização política concebida como instrumento auxiliar de tal ação, perpetuará sua “crise”.

Quanto à crise dos PC’s tradicionais, pode-se afirmar que a crise deste tipo de partido apresenta sintomas de uma crise irreversível, sobrevivendo apenas enquanto organizações políticas completamente transformadas em partidos de tipo liberal que se recusam a mudar sua simbologia e conservam um estilo discursivo que faz lembrar sua tradição.

Com relação à teoria weberiana do partido político, Peter Mair (1994) desenvolveu um marco conceitual inovador para entender a transformação contemporânea dos partidos. Sua tese sustenta que o processo que estão sofrendo estes atores deve ser concebido mais como sendo de mudança ou adaptação do que de declínio. Mair demonstra que, embora haja uma queda na taxa de filiação ou inscrição partidária, há respectivamente crescimento em termos de empregados e de recursos partidários, devidamente providos pelo Estado.

Sugere também que há uma mudança na concepção tradicional dos partidos: já não seriam intermediários entre o Estado e a sociedade, mas que o Estado se havia transformado na conexão entre a sociedade e os partidos. Conseqüentemente, os partidos são hoje mais fortes, mas mais distantes; tem maior controle, mas menos poder e gozam de mais privilégios, mas de menor legitimidade. Surgiram como representantes da sociedade junto ao Estado, hoje se encontram exercendo o papel inverso.

As transformações sofridas pelos partidos no seu percurso histórico da sociedade para o Estado cristalizam uma separação clara entre cidadania e representantes partidários. A insatisfação que o eleitorado das democracias pós-industriais manifesta para com seus partidos e órgãos institucionais de representação, o déficit de governabilidade denunciado desde a década de 1970, a aparição de novos partidos liderados por *outsiders* e a redução da participação eleitoral seriam alguns sinais visíveis desta tendência.

Se for certa a máxima de que não existem no mundo democracias sem partidos, também se pode afirmar uma de suas deduções: que a qualidade da democracia depende da qualidade com que seus partidos representam, recrutam e governam. A julgar pelos resultados, os partidos políticos liberais vêm cumprindo seu papel coerentemente com os objetivos para os quais foram concebidos.

Referências Bibliográficas

ALARCON, Luís e GOMEZ, Irey. **Repensando lo político**. Disponível em <http://serbal.pntic.mec.es/AParteRei/maffesoli.pdf>. Acesso em 10 julho 2007.

CARR, E. H. *A conquista e organização do poder*. In: **A Revolução Bolchevique 1917-1923, Tomo I**. Alianza Universidad, 1979.

CONSTANT, Benjamim. **Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos**. In: **Revista Filosofia Política**. Porto Alegre, n. 2, 1985, pp. 9-25.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Universidade de Brasília, 2 ed. 1980.

GOLIN, Tau. *Introdução*. In: **A III Internacional Comunista Teses e Resoluções do II Congresso**. São Paulo: Brasil Debates, 1989.

JOHNSTONE, Monty. *Marx y Engels y el concepto de partido*. In: **Cuadernos de Pasado y Presente/7. Teoría Marxista del Partido Político/I**, 10ª ed. México: Siglo XXI, 1987.

KATZ, Richard & MAIR, Peter (eds.). **How Parties Organize. Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies**. London: Sage, 1994.

MITCHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: UnB, 1982.

OFFE, Claus. **Partidos políticos y nuevos movimientos sociales**. Madrid: Editorial Sistema, 1988.

OPPO, Anna. **"Partidos políticos"**. Em *Dicionário de Política*/Norberto Bobbio, Nicola Matteuci e Gianfranco Pasquino. 6ª ed. Brasília: UnB, 2003.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ROSSANDA, Rossana. *De Marx a Marx: classe y partido.* In: **Cuadernos de Pasado y Presente/38. Teoría Marxista del Partido Político/III**, 5ª ed. México: Siglo XXI, 1987.

WEBER, Max. **Economia e sociedade.** 4ª ed. Brasília: UnB, São Paulo: IOESP, 2004.